



Presidência da República
Casa Civil
Agência Brasileira de Inteligência

PREGÃO ELETRÔNICO
(COMPRAS)
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA
(Processo Administrativo n.º 00091.002213/2023-07)

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de combustíveis, por demanda, para atender à frota de veículos pertencentes à Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, em Brasília-DF, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, conforme tabela a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (*)	VALOR DE REFERÊNCIA	PERCENTUAL DE DESCONTO (**)	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL APÓS APLICAÇÃO DO DESCONTO
1	Óleo Diesel S-10	461552	Litro	42.000	R\$ 6,02	R\$ 252.840,00	0,550%	R\$ 251.449,38
2	Gasolina C Comum	461506	Litro	56.000	R\$ 5,25	R\$ 294.000,00	0,417%	R\$ 292.775,00
TOTAL						R\$ 546.840,00		R\$ 544.224,38

(*)Fonte: AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP/ Síntese de Preço Praticado, no município Brasília (Semanal – Resumo I), tendo como período de apuração: 26/02/2023 a 04/03/2023, tomando como base o **preço médio do consumidor**, como anexo Diesel e Gasolina (0814590).

Data de Emissão : 09/03/2023.

(**) Conforme consulta ao Pannel de Preços seguindo-se a prioridade estabelecida na IN Seges/ME nº 73/2020, (SEI nº 0893075, 0893076 e 0893077)

1.2. Só serão aceitos percentuais de desconto superiores ao desconto mínimo apresentado na tabela do item 1.1.

1.2.1. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador.

Órgão Gerenciador: Agência Brasileira de Inteligência					
ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA	QUANTIDADE TOTAL
1	Óleo Diesel S-10	Litro	4.000	15.000	42.000
2	Gasolina C Comum	Litro	8.000	20.000	56.000

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do recebimento da nota de empenho pela contratada, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

1.4. A aquisição será por meio de **Sistema de Registro de Preços (SRP)** tendo em vista o que preconiza o art. 15, inciso II, da Lei 8.666/1993 que determina que as compras efetuadas pela administração pública devem, sempre que possível, "ser processadas através de sistema de registro de preços" e tem como vantagens, dentre outras, tornar ágeis as contratações e evitar a necessidade de formação de estoques pelos órgãos e entidades públicos, além de proporcionar transparência quanto aos preços pagos pela administração pelos bens e serviços que adquire frequentemente, de acordo com o Art 3º, incisos I e II, do Decreto nº 7892/13, uma vez que há necessidade de contratações frequentes das mercadorias (inciso I do art. 3º do referido decreto) e que a aquisição dos bens será realizada por meio de entregas parceladas (inciso II do art. 3º do citado decreto).

1.5. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

1.6. O objeto de **disputa** será a **maior taxa de desconto oferecida**, que será aplicada sobre o valor do combustível, conforme o preço médio semanal constante da Síntese de Preço Praticado – DISTRITO FEDERAL (Semanal – Resumo I), definidos no sítio eletrônico da ANP (www.anp.gov.br).

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizadas em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (*Documento SEI nº 0893074*), apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. Trata-se de aquisição de bem comum, a ser contratada mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica

5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

5.1. Os critérios de sustentabilidade encontram-se pormenorizadas em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. O prazo de entrega dos bens é de 5 (cinco) dias corridos contados da solicitação da contratante, em remessa *parcelada*, no seguinte endereço: Posto de Combustível da Divisão de Serviços de Transporte – DIVTRAN, da ABIN, em dia útil, no período de 9h00 às 11h30 e das 14h30 às 17h00, no Setor Policial Sul Área 5, Quadra 1, Bloco S, Brasília-DF, CEP 70.610-905, telefones (61) 3445-8789, (61) 3445-8679 e (61) 3445-8827.

6.1.1. Demonstrativo de previsão de parcelamento das remessas para 12 meses, conforme tabela a seguir:

Período	Combustível	Quantidade (L)
1º Trimestre	Óleo Diesel S-10	10.500
	Gasolina Tipo C comum	14.000
2º Trimestre	Óleo Diesel S-10	10.500
	Gasolina Tipo C comum	14.000
3º Trimestre	Óleo Diesel S-10	10.500
	Gasolina Tipo C comum	14.000
4º Trimestre	Óleo Diesel S-10	10.500
	Gasolina Tipo C comum	14.000

6.1.2. Condições de Execução no Recebimento:

6.1.2.1. A contratada, no momento da entrega do objeto, deverá apresentar laudo, atestado ou documento similar que comprove a conformidade e qualidade do objeto, para fins de garantia, de acordo com as especificações técnicas exigidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível (ANP). Em caso de NÃO conformidade com as especificações técnicas, a DIVTRAN/COSERGE/CGAD/DAL notificará a CONTRATADA para as providências previstas;

6.1.2.2. A solicitação constante no parágrafo anterior se faz necessária para comprovação da qualidade do combustível a ser recebido e não configura ônus para a empresa contratada. A Agência Nacional do Petróleo-ANP, através das resoluções nº 50 de de 23.12.2013 (0811687) e nº 807, de 23.01.2020 (0811688), regulamenta que o documento da qualidade, emitido pelo distribuidor, deve conter os resultados das análises das características físico-químicas estabelecidas na Resolução ANP nº 828, de 1º de setembro de 2020 (0811689)

6.1.2.3. Caso necessário, os ensaios, testes e demais provas eventualmente exigidos por normas técnicas para aferição técnica dos combustíveis correrão por conta da CONTRATADA. O objeto deverá ser entregue acompanhado de nota fiscal ou fatura.

6.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias, pelo responsável do acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

6.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a

verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da Contratante:

7.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

7.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

7.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

7.1.6. dirigir representação à ANP, para efeito do exercício do seu poder de polícia, nos termos do art.14 da Lei n.º 9847/99, caso venha ser constatada infração às normas relativas à indústria do petróleo, ao abastecimento nacional de combustíveis, ao Sistema Nacional de Estoques de Combustíveis e ao Plano Anual de Estoques Estratégicos de Combustíveis;

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;

8.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

8.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.6. Fornecer combustíveis que atendam às especificações técnicas exigidas pela Agência Nacional do Petróleo – ANP, conforme legislação em vigor;

8.1.7. Manter, nas dependências do Posto Revendedor, o Boletim de Conformidade, expedido pelo Distribuidor do qual adquiriu o combustível, referente ao recebimento dos últimos 6 (seis) meses (Art.4º da Resolução ANP n.º 9, de 07/03/2007);

8.1.8. Realizar análise dos combustíveis objetos do contrato sempre que solicitada pela Administração, mantendo disponíveis, para tanto, os materiais necessários à realização das análises (Resolução ANP nº 9, de 07/03/2007, artigo 8º);

8.1.8.1. Os procedimentos detalhados para a realização dos testes de qualidade dos combustíveis seguirão a legislação específica editada pela ANP, podendo ser consultado, acaso existente e atualizado, o Anexo da Cartilha do Posto Revendedor de Combustíveis publicada por tal agência.

8.2. A Contratada deverá garantir que os preços dos combustíveis cobrados na nota fiscal para pagamento terão como limite o preço médio semanal constante da Síntese de Preço Praticado - DISTRITO FEDERAL (Semanal – Resumo I), apresentados no sítio eletrônico da ANP (www.anp.gov.br), sobre o qual será aplicado o desconto oferecido.

8.3. Os preços dos combustíveis não deverão exceder a média de seu respectivo valor, por litro, praticado no

mercado varejista de Brasília-DF, na data de seu fornecimento, conforme publicação da Agência Nacional do Petróleo – ANP.

8.4. Caso haja, na data do fornecimento, divergência entre o valor do combustível indicado na bomba e a média de seu respectivo valor, por litro, praticado no mercado varejista de Brasília-DF, o percentual de desconto incidirá sobre o valor em referência, consoante publicação da Agência Nacional de Petróleo – ANP.

8.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3. O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

12.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

12.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por

escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

12.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	$\frac{(6 / 100)}{365}$	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	-----	-------------------------	--

13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços praticados terão como limite o preço médio semanal constante da Síntese de Preço Praticado – DISTRITO FEDERAL (Semanal – Resumo I), definidos no sítio eletrônico da ANP (www.anp.gov.br), sobre o qual será aplicado o desconto oferecido. Dessa forma, o reajuste não se aplica para este Termo de Referência.

13.2. Os percentuais de desconto obtidos na licitação serão fixos e irredutíveis.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

14.1.1. Pela natureza do objeto não há prejuízo à Administração a não exigência da garantia.

14.1.2. A exigência da garantia contratual poderá apresentar empecilhos na participação de empresas na licitação.

14.1.3. Cabe à Administração Pública a opção pela exigência ou não da garantia de execução, conforme disposto no art. 56, da Lei nº 8.666, de 1993

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;

- b) ensinar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo; ou
- e) cometer fraude fiscal.

15.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- I - **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- II - **Multa**: (1) moratória de 0,2% (dois décimos percentuais) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de dias 30 (trinta) dias;
(2) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- III - **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- IV - **Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União**, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- V - **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

15.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

15.4. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

15.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- 15.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 15.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 15.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

15.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

- 15.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

15.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

15.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

15.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para

apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

15.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

16.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

16.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

16.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

16.3.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

16.3.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

a) Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 1 (um) ano no fornecimento de combustíveis, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de 1 (um) ano ser ininterrupto.

16.3.1.2. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante;

16.3.1.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior;

16.3.1.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, sempre que solicitado, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto da contratação, dentre outros documentos.

16.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

16.4.1. Valor de Referência: R\$ 546.840,00 (quinhentos e quarenta e seis mil oitocentos e quarenta reais) ;

16.4.2. Percentual de Desconto Mínimo:

16.4.2.1. Diesel: 0,550 (zero vírgula quinhentos e cinquenta e três por cento)

16.4.2.2. Gasolina: 0,417 (zero vírgula quatrocentos e dezessete por cento)

16.4.3. Valor Máximo Aceitável após Aplicação do Desconto: R\$544.224,38 (quinhentos e quarenta e quatro mil duzentos e vinte quatro reais e trinta e oito centavos).

16.5. O critério de julgamento da proposta é a **maior taxa de desconto oferecida**.

16.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

17. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

17.1. O valor de referência para a contratação, para fins de aplicação do maior desconto, será de R\$ 546.840,00 (quinhentos e quarenta e seis mil oitocentos e quarenta reais), conforme APÊNDICE (0811674) e **item 1.1**.

17.2. O objeto de **disputa** será a **maior taxa de desconto oferecida**, que será aplicada sobre o valor do combustível, conforme o preço médio semanal constante da Síntese de Preço Praticado – DISTRITO FEDERAL (Semanal – Resumo I), definidos no sítio eletrônico da ANP (www.anp.gov.br).

18. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

18.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, tendo em vista o que preconiza o Art. 7º, § 2º do Dec nº 7.892: "Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil."

18.2. **PCA 2023** com Código da Ação 98, descrição da ação "9130 - combustíveis e propelentes líquidos à base de petróleo", da unidade executora DAL.

19. DO SIGILO

19.1. A CONTRATADA deve:

19.1.1. Manter sigilo relativo ao objeto, a sua execução e aos dados e informações postos à sua disposição, não podendo cedê-los a terceiros ou divulgá-los de qualquer forma, sob as penas da lei, conforme Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo - TCMS. (Documento SEI nº 0811683);

19.1.2. Adotar procedimentos de segurança adequados, no âmbito das atividades sob seu controle, para a manutenção do sigilo relativo ao objeto, aos dados e às informações postos à sua disposição;

19.1.3. A critério da CONTRATANTE, apresentar certidões dos distribuidores cíveis e criminais emitidas pela Justiça Estadual ou do Distrito Federal, se for o caso, dos locais em que a pessoa residiu nos últimos cinco anos, bem como da Justiça Federal e da Justiça Militar Federal e Estadual, e outros documentos que sejam necessários à elucidação de pendências e dúvidas surgidas nos processos de contratação e gestão;

19.1.4. Receber, a critério da CONTRATANTE, inspeções para habilitação de segurança e sua manutenção;

19.1.5. Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto da contratação.

19.2. O contrato poderá ser alterado para a inclusão de cláusula de segurança não estipulada por ocasião de sua assinatura.

19.3. A empresa vencedora será responsabilizada criminalmente no caso de exposição dos dados de veículos; bem como fatos e/ou informação sobre a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN de que tenha conhecimento em decorrência da contratação relacionada a este Termo de Referência.

19.4. Na hipótese de infração ao dever de sigilo, a CONTRATADA estará sujeita às seguintes sanções previstas no Art. 33 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011:

19.4.1. Advertência;

19.4.2. Multa;

19.4.3. Rescisão do contrato com o poder público;

19.4.4. Suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração pública por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

19.4.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

20. RESCISÃO

20.1. A rescisão contratual poderá ser realizada:

20.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

20.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

20.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

20.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

20.3.1. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

20.3.1.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

20.3.1.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

20.3.1.3. Indenizações e multas.

21. VEDAÇÕES E PERMISSÕES

21.1. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar o contrato ou instrumento equivalente para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

21.2. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

21.3. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

22. ALTERAÇÕES

22.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

22.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem

necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

22.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

22.4. Somente será possível a realização de aditivo contratual, nos termos do art. 65, §1º da Lei n.8.666/93, dentro do prazo de vigência do contrato de fornecimento.

23. **DOS CASOS OMISSOS**

23.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 -Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

24. **FORO**

24.1. É eleito o Foro da Seção Judiciária do Distrito Federal (Justiça Federal) para dirimir os litígios que decorrerem da execução da contratação, que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

Brasília, 30 de junho de 2023.

Documento assinado eletronicamente

Termo de Referência – Compras – Lei nº 14.133/21 – Contratação Direta

Atualização: Junho/[2022](#)

Referência: Processo nº 00091.002213/2023-07

SEI nº 0954326

Setor Policial Sul, Área 5, Quadra 1, - CEP 70610-905 - Brasília/DF -